

**XXIX CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI BALNEÁRIO CAMBORIU - SC**

**DIREITO PENAL, CRIMINOLOGIA, POLÍTICA
CRIMINAL E PROCESSO I**

LUIZ GERALDO DO CARMO GOMES

ISABELA MOREIRA DO NASCIMENTO DOMINGOS

GUILHERME APARECIDO DA ROCHA

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

D597

Direito penal, criminologia, política criminal e processo [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Guilherme Aparecido da Rocha; Isabela Moreira do Nascimento Domingos; Luiz Geraldo do Carmo Gomes. – Florianópolis: CONPEDI, 2022.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-592-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Constitucionalismo, Desenvolvimento, Sustentabilidade e Smart Cities

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direito penal. 3. Criminologia. XXIX Congresso Nacional do CONPEDI Balneário Camboriu - SC (3: 2022: Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XXIX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BALNEÁRIO CAMBORIU - SC

DIREITO PENAL, CRIMINOLOGIA, POLÍTICA CRIMINAL E PROCESSO I

Apresentação

O XXIX CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (CONPEDI), realizado em parceria com a Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, entre os dias 07 e 09 de dezembro de 2022, apresentou como temática central “Constitucionalismo, Desenvolvimento, Sustentabilidade e Smart Cities”. Diante disso, atuais e de muito relevo foram as discussões em torno da temática durante todo o evento, bem como nos Grupos de Trabalho e durante as apresentações de pôsteres.

Os trabalhos contidos nesta publicação foram apresentados como pôsteres no Grupo “DIREITO PENAL, CRIMINOLOGIA, POLÍTICA CRIMINAL E PROCESSO”. Todos passaram previamente por, no mínimo, dupla avaliação cega por pares. Durante o evento, os trabalhos expostos foram novamente avaliados em dupla rodada, o que atesta a qualidade do conteúdo e promove ricas discussões sobre cada uma das pesquisas. A temática proposta agrupa pesquisas com teor inovador e diretamente relacionadas ao tema central do XXIX Congresso Nacional do CONPEDI. Foram apresentados resultados de pesquisas desenvolvidas em diversas instituições do país, que retratam parcela relevante dos estudos que têm sido produzidos na temática central do Grupo de Trabalho.

Importante destacar a qualidade dos trabalhos apresentados pelos pesquisadores que engrandeceram esse encontro e trouxeram diversidade e pesquisas acadêmicas de valor científico e social.

Espera-se, então, que o leitor possa vivenciar parcela destas discussões por meio da leitura dos textos. Agradecemos a todos os pesquisadores, colaboradores e pessoas envolvidas nos debates e organização do evento pela sua inestimável contribuição e desejamos uma proveitosa leitura!

Profa. Ms. Isabela Moreira do Nascimento Domingos (UFSC, com bolsa CAPEX/PROEX)

Prof. Dr. Luiz Geraldo do Carmo Gomes (UENP | UniCV)

Prof. Dr. Guilherme Aparecido da Rocha (Faculdade Galileu)

MAPEAMENTO E CONSTRUÇÃO DE UMA CRIMINOLOGIA AMAZÔNICA: O PARQUE INDÍGENA DO XINGU E A QUESTÃO AMBIENTAL

Eduardo Saad Diniz¹
Melissa Amaral Moraes Salles
Ana Flavia Azevedo Pereira

Resumo

INTRODUÇÃO: Localizado na região nordeste do estado do Mato Grosso, na porção sul do bioma amazônico, o Parque Indígena do Xingu (PIX) é hoje o resultado concreto das políticas desenvolvimentistas aplicadas, no Brasil, ao longo das décadas de 50 e 60. Fruto de um sonho americano, a Expedição Roncador-Xingu, que inicialmente só carregava o intuito de interiorização, estabelece duas pistas de pouso na região. Uma rota aérea internacional era o objetivo, e o Xingu fornecia justamente aquilo considerado mais essencial para o trajeto: estratégia e posição. É neste contexto que, em 1952, por meio de um Anteprojeto de Lei, que se dá a criação do Parque e, conseqüentemente, do exemplo mais evidente de apropriação de espaço físico pelo Estado Brasileiro. Desde então, o que se verifica é o aproveitamento dessa demarcação por parte de grandes corporações envolvidas na indústria da carne, da soja e da madeira, concretizando um processo de ocupação criminosa nos arredores do Parque; processo este que lesa princípios internacionais de proteção ambiental, ao passo que desampara e marginaliza as populações locais.

PROBLEMA DE PESQUISA: O processo de savanização da Amazônia, em grande medida, já é irreversível. Esta conjuntura coloca o bioma em situação de emergência ambiental, que deixa de ser um problema provinciano, e passa a fazer parte de uma preocupação global alusiva à um plano de justiça climática internacional. Nos anos 80, iniciaram-se as primeiras invasões de pescadores e caçadores no território do PIX e, concomitantemente, surgem as primeiras queimadas a nordeste do Parque. Em paralelo, também avançavam as primeiras instalações de madeireiras a oeste, bem como a fixação de fazendas agropecuárias nas proximidades. Verificou-se, assim, um processo de cercamento do território, que persiste até os dias de hoje. Consolida-se no Xingu, portanto, um aglomerado de desastres ambientais sem respostas à altura por parte das instâncias formais de controle jurisdicional; um movimento criminoso que combina a dimensão trágica do ecocídio com os dramas morais das comunidades locais. Neste impasse, como mapear um histórico dos processos de vitimização que ocorrem na região pode ser relevante na propositura de políticas públicas reais; que de fato produzam um impacto significativo na gestão democrática dos problemas sociais/ambientais que ali se apresentam?

OBJETIVO: Traçar um histórico dos crimes ambientais e humanitários no território do PIX, desmembrando uma possível ascensão de dinâmicas autoritárias na região, com o objetivo de

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

mapear novos atores e novas vítimas de uma rede criminosa dinâmica, que se molda diferente daquela que acontecia a oitenta anos. Ademais, reconhecer que estas intervenções estão ligadas a um acúmulo de perdas de biodiversidade, atreladas ao ecocídio, o que possibilita direcionar políticas públicas ambientais de combate, reparação e cuidado, ao passo que atualiza e coleta dados.

MÉTODO: Quanto ao método, trata-se de uma pesquisa de levantamento, histórica, bibliográfica e documental. Todavia, a intenção é avançar nos próximos meses com a pesquisa de campo, uma vez que os sensores demográficos, artigos, livros e materiais disponíveis encontram-se muito desatualizados. Outrossim, dentre as principais atividades a serem desenvolvidas, entrevistas com autoridades indígenas, policiais e secretários municipais fazem parte do pacote, bem como a vivência investigativa na região.

RESULTADOS ESPERADOS: Em estágio ainda muito inicial, a presente pesquisa não avançou para o campo e a vivência em face das comunidades locais, o que fará toda a diferença na conclusão empírica do trabalho. Percebe-se, hoje, a pesquisa em Direito muito limitada ao campo epistemológico, o que, de fato, não produz um impacto relevante aos olhos de uma sociedade que enxerga a pesquisa como campo de ciências exatas/laboratoriais. Neste viés, espera-se: - Traçar um histórico criminológico da região, identificando suas vítimas e a dinamicidade (ou não) deste processo. - Acumular evidências de um apagamento cultural criminoso, sofrido por populações locais, que ateste uma dívida histórica e a real necessidade de reconhecimento da plurinacionalidade do Brasil. - Com base na coleta de dados, propor políticas públicas possíveis de combate ao crime ambiental, visando mitigar o processo de savanização no território do PIX, ao passo que apresente uma forma mais efetiva de atuação da jurisdição. - Contatar lideranças locais e ir a campo, visando a produção de materiais escritos e de audiovisual (artigos, entrevistas, etc) atualizados.

Palavras-chave: Parque Indígena do Xingu, Bioma amazônico, Ecocídio, Criminologia, Biodiversidade, Savanização

Referências

Menezes, Maria Lúcia Pires. Parque Indígena do Xingu. A Construção de um território estatal. São Paulo, Imesp–Unicamp, 1999, 404 p.

Menezes, Maria Lúcia Pires. PARQUE INDÍGENA DO XINGU: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE INDIGENISMO E GEOPOLÍTICA. Coleção Eduardo Galvão. Amazônia: A Fronteira Agrícola 20 anos depois.

Parque Indígena do Xingu: Almanaque Socioambiental. 50 Anos. Instituto Socioambiental. São Paulo.